

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P.O.Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Oitava Sessão Ordinária
23 – 28 de Janeiro de 2016
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/928(XXVIII)iv Rev.1
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP SOBRE
QUESTÕES DE AUDITORIA

RELATÓRIO DA 8.^a REUNIÃO DO SUBCOMITÉ SOBRE QUESTÕES DE AUDITORIA

REALIZADA NOS DIAS 04 DE NOVEMBRO E 09 DE DEZEMBRO DE 2015

I. INTRODUÇÃO

1. A oitava reunião do Subcomité sobre Questões de Auditoria foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 04 de Novembro e 09 de Dezembro de 2015. Tendo ambas as sessões iniciado às 10:30 horas.

II. PARTICIPAÇÃO

2. A reunião foi presidida por S.Ex.^a Sr. Akuei Bona Malwal, Embaixador da República do Sudão do Sul e Presidente do Subcomité para Questões de Auditoria, e contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros:

1. Burkina Faso
2. Chade
3. República Democrática do Congo
4. Congo
5. Quênia
6. Mauritânia
7. Maurícias
8. Namíbia
9. Níger
10. Sudão do Sul
11. Togo
12. Tunísia

III. DISCURSOS DE ABERTURA

3. O Presidente abriu a reunião e deu as boas-vindas a todos os membros do subcomité presentes.

4. Além disso, a 09 Dezembro de 2015, o Presidente informou a reunião de que tinha recebido uma carta do Presidente do Conselho de Auditores da UA (Auditor Geral da África do Sul). A carta solicitava que os Relatórios de Auditoria Externa fossem apresentados no início do ano de 2016, para permitir que o Conselho finalizasse o seu trabalho. Portanto, o Subcomité devia responder a esta questão durante o debate do ponto da agenda "Diversos".

IV. ADOPÇÃO DA AGENDA

5. O Presidente apresentou a agenda que foi adoptada pelo Subcomité. A agenda adoptada é a seguinte:

1. Discursos de Abertura
2. Adopção da Agenda
3. Relatório sobre a Matriz de Implementação das Recomendações de Auditoria até 15 de Setembro de 2015;
4. Relatório de Auditoria Interna sobre a Análise de Desempenho do Orçamento da CUA referente ao período findo em 30 de Junho de 2015;
5. Destaques do Desempenho Económico da UA referente ao período findo em 30 de Setembro de 2015;
6. Relatório sobre o Estado de Execução do Plano de Aquisições Anual da CUA;
7. Diversos.

V. ANÁLISE DO RELATÓRIO SOBRE A MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA ATÉ 15 DE SETEMBRO DE 2015

a) APRESENTAÇÃO

6. O Presidente do Subcomité convidou o Gabinete de Auditoria Interna para apresentar o relatório sobre a Matriz de Implementação das Recomendações de Auditoria até 15 de Setembro de 2015.

7. O Director-adjunto do Gabinete de Auditoria Interna agradeceu aos membros e fez a apresentação do relatório, conforme resumido nos parágrafos abaixo:

i) Âmbito de avaliação e Categorias do Estado de Implementação

8. O Director-adjunto explicou que o Gabinete de Auditoria Interna está a acompanhar o estado de implementação das suas recomendações de auditoria, bem como das recomendações de auditoria externa. A avaliação da matriz de implementação abarcou o nível e a natureza das medidas tomadas em relação a todas as recomendações apresentadas nos relatórios de auditoria. Em seguida, o exercício de avaliação classificou o estado de implementação das recomendações da auditoria em três categorias, nomeadamente, “Implementada”, “Em processo de implementação” e “Não implementada”.

ii) Conclusões dos Relatórios do Conselho de Auditores Externos para o exercício de 2013

9. O Gabinete de Auditoria Interna acompanhou as 94 recomendações contidas nos relatórios de auditoria do Conselho de Auditores Externos para o exercício de 2013 que foram formuladas para a Comissão da UA e outros órgãos. Até Setembro

de 2015, 47% (44 de 94) das recomendações tinham sido implementadas, 38% (36 de 94) estavam em processo de implementação e 15% (14 de 94) não tinham sido implementadas.

iii) Conclusões do Relatório de Auditoria Interna de 2013

10. O Gabinete de Auditoria Interna acompanhou as 7 recomendações contidas no seu relatório de auditoria interna sobre desempenho orçamental de 2013 que foram formuladas para o Subcomité do CRP para Questões de Auditoria. Até Setembro de 2015, 71% (5 de 7) das recomendações tinham sido implementadas e 29% (2 de 7) estavam em processo de implementação.

iv) Conclusões do Relatório de Auditoria Interna de 2014

11. O Gabinete de Auditoria Interna acompanhou as 9 recomendações contidas no seu relatório de auditoria interna sobre desempenho orçamental de 2014 que foram formuladas para o Subcomité do CRP para Questões de Auditoria. Até Setembro de 2015, 56% (5 de 9) das recomendações estavam em processo de implementação e 44% (4 de 9) não tinham sido implementadas.

v) Avaliação Geral do Estado de Implementação

12. No geral, o Conselho de Auditores Externos e o Gabinete de Auditoria Interna apresentaram 110 recomendações nos seus relatórios de auditoria de 2013 e 2014, que foram deliberadas pelo Subcomité do CRP para Questões de Auditoria. Destas recomendações, os órgãos auditados implementaram 49 e registaram progressos na implementação de 43, e 18 recomendações ainda não foram implementadas. O trabalho de auditoria do Conselho de Auditores Externos e Gabinete de Auditoria Interna trará grandes benefícios quando os departamentos/órgãos agirem em conformidade com as conclusões e recomendações da auditoria. Portanto, o Gabinete de Auditoria Interna continuará a acompanhar os esforços dos órgãos auditados para implementar as recomendações que estão ou em “processo de implementação” ou que ainda “não foram implementadas”.

b) DELIBERAÇÕES

13. Após a apresentação, o Presidente convidou os Membros do subcomité para as deliberações. As deliberações dos membros estão resumidas abaixo:

- i) Os membros observaram que houve uma melhoria significativa na implementação das recomendações da auditoria. No entanto, afigura-se crucial entender por que motivo algumas recomendações não foram implementadas, bem como fazer face aos desafios da não implementação das recomendações.

- ii) Os Membros notaram que, no futuro, será importante começar a reunião com a análise das questões decorrentes (se houver) da reunião anterior. A este respeito, verificou-se que havia pedidos específicos que tinham sido feitos e que deveriam ser apresentados, mas que não estavam prontos.
- iii) Os membros levantaram também preocupações relativas à falta de seriedade por parte de alguns Directores da UA em participar nas reuniões do Subcomité. Notou-se também que mesmo os seus representantes não tinham respostas adequadas para as questões levantadas.

c) RESPOSTA DA COMISSÃO

14. O Director-adjunto do Gabinete de Auditoria Interna informou a reunião de que os principais desafios da não implementação das recomendações da auditoria incluem a falta de financiamento (financiamento), e a falta de políticas/orientações pertinentes e claras em determinadas áreas.

15. A Representante da AHRM informou a reunião de que actualmente 18 políticas/ directrizes administrativas estão a ser desenvolvidas. Três foram concluídas e espera-se que até Março de 2016 todas as outras políticas estejam concluídas e aprovadas. Foi ainda indicado que o estatuto e regulamento dos funcionários estão também em processo de revisão.

d) CONCLUSÃO DO SUBCOMITÉ

16. Os membros do subcomité concluíram as deliberações sobre o ponto da agenda e fizeram as recomendações seguintes: -

- i) O Gabinete de Auditoria Interna deve continuar a fazer o acompanhamento das recomendações das auditorias e apresentar relatórios ao Subcomité para Questões de Auditoria numa base periódica.
- ii) A Comissão deve assegurar que todos os documentos que foram solicitados sejam disponibilizados. Sugeriu-se também que o Presidente do Subcomité deve reunir-se com o secretariado antes da convocação da próxima reunião.
- iii) Todos os Directores/Chefes de Departamento em questão devem assegurar a sua participação nas reuniões do Subcomité. No caso de delegarem representantes, então estes devem ter informações completas sobre as questões contidas na agenda, a fim de serem capazes de fornecer respostas de forma adequada.

VI. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA CUA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

a) APRESENTAÇÃO

17. O Presidente do Subcomité convidou a Directora do Gabinete de Auditoria Interna para apresentar o relatório de desempenho orçamental.

18. A Directora agradeceu aos membros e fez uma apresentação sobre as principais conclusões do relatório de desempenho orçamental tal como resumido abaixo:

1. Avaliação Geral

19. A directora explicou que a taxa geral de execução orçamental da CUA, com base no “orçamento aprovado”, foi de 25% em 30 de Junho de 2015. Acrescentou também que a taxa global de execução com base nos “fundos disponíveis” foi de 39% (vide tabela abaixo).

Taxa de Execução Orçamental da CUA referente ao período findo a 30 de Junho de 2015

Detalhes	Orçamento (\$EU)	Despesas (\$EU)	% da taxa de execução em relação ao Orçamento	Recursos disponíveis (\$EU)	% da taxa de execução em relação aos Fundos Disponíveis
Orçamento de Programas	203.317.104,17	33.539.167,00	16%	89.393.073,71	38%
Orçamento Operacional	102.962.500,00	42.361.534,00	41%	102.962.500,00	41%
Total	306.279.604,17	75.900.701,00	25%	192.355.573,71	39%

i) Análise do Orçamento Operacional

20. O orçamento operacional de 2015 foi de 102.962.500,00 \$EU. A despesa total do orçamento operacional até 30 de Junho de 2015 foi de 42.361.534,00 \$EU, representando uma taxa de execução de 41%.

ii) Análise do Orçamento de Programas

21. O orçamento de programas de 2015 aprovado foi de 203.317.104,17 \$EU. Os fundos disponíveis até 30 de Junho de 2015 foram de 89.393.073,71 \$EU, o que

representa 44% do orçamento aprovado. As despesas totais com programas durante o ano foram de 33.539.167,00 \$EU, o que representa 16% em relação ao orçamento aprovado, e 38% em relação aos fundos disponíveis.

iii) Execução Orçamental Baixa e Nula

22. Para o período findo em 30 de Junho de 2015, 116 rubricas orçamentais, no valor de 24.7 milhões \$EU, registaram uma taxa de execução abaixo de 40% em relação aos fundos desembolsados (fundos disponíveis). Durante o período em análise, foi igualmente registada uma taxa de execução orçamental nula em relação a 235 rubricas orçamentais, no valor de 13.3 milhões \$EU.

23. A maioria dos departamentos entrevistados sobre a execução baixa e não-implementação de programas afirmou que as actividades foram programadas para o segundo semestre do ano, enquanto outros indicaram a falta de financiamento, pessoal e atrasos na adjudicação de contratos. Além disso, a Direcção de SPPMERM (Planificação Estratégica) indicou que os fundos disponíveis durante o primeiro semestre não foram suficientes para assegurar a implementação dos programas.

24. O Gabinete de Auditoria Interna recomenda que os departamentos devem iniciar a planificação para as actividades de terceiro e quarto trimestres a tempo de poderem executar os programas dentro do período de tempo restante do ano.

25. O Gabinete de Auditoria Interna recomenda também que o SPPMERM deve realizar consultas com os parceiros que ainda não desembolsaram fundos, mas que se comprometeram a fazê-lo, a fim de iniciar a implementação das actividades afectadas. Os departamentos com limitações de pessoal devem entrar em contacto com a DAHRM com vista à aceleração do processo de recrutamento de pessoal e de aquisição.

iv) Rubricas cujo Orçamento não foi desembolsado/disponibilizado

26. Duzentas e sessenta e oito (268) rubricas orçamentais do Orçamento de Programas, representando um montante total de 29.2 milhões de \$EU, ainda não tinham recebido qualquer financiamento até 30 de Junho de 2015.

27. O Gabinete de Auditoria Interna recomenda que a Comissão reveja alguns dos projectos que carecem de financiamento e faça o acompanhamento adequado com os respectivos parceiros financiadores.

v) Execução Orçamental elevada (acima dos 100%)

28. Durante o período em análise, duas rubricas orçamentais (ICOM01206, sob a Direcção de Comunicações, e IBCPO1735, sob o Gabinete da Presidente) registaram taxas de execução orçamental de 111% e 127%, respectivamente, ultrapassando assim o total dos montantes alocados no orçamento aprovado.

29. Nos casos em que tenha ocorrido despesas excessivas, o Gabinete de Auditoria Interna recomendou que a não objeção deve ser obtida junto dos parceiros, e que as despesas excessivas devem ser incluídas no pedido de orçamento suplementar para cobrir as despesas adicionais em relação ao orçamento aprovado.

2. CONCLUSÕES SOBRE OS RESULTADOS DOS PROGRAMAS

Avaliação dos Resultados

30. Para o ano de 2015, um total de cento e setenta e um (171) resultados dos programas foram previstos. Uma revisão dos Relatórios de Actividades Intercalares contidos no AMERT, bem como as informações dos departamentos relevantes, revelaram que actividades em relação a cento e vinte e dois (122) resultados haviam iniciado, representando uma taxa de 65%. Todavia, actividades em relação a trinta (30) resultados ainda não tinham sido iniciadas, o que representa 18%. Não foi possível verificar os restantes projectos, uma vez que os relatórios não foram apresentados no sistema AMERT.

Deficiências Observadas

31. O Gabinete de Auditoria Interna continuou a observar as seguintes deficiências nos relatórios de actividades apresentados pelos departamentos:

- a) O sistema de apresentação de relatórios AMERT permite que os relatórios sejam enviados mesmo quando todos os campos não estão preenchidos.
- b) Os resultados e indicadores não são avaliados de acordo com a sua importância para o programa.
- c) O Gabinete de Auditoria Interna observou também que o exercício de Monitorização e Avaliação da implementação dos programas era deficiente e contava apenas com um funcionário que não pode fazer muito, considerando o grande número de programas planificados pela Comissão.

Desafios

32. Os principais desafios citados pelos departamentos incluem o seguintes:

- a) Restrições orçamentais, sendo que a maioria dos programas não foram financiados, especialmente pelos parceiros.
- b) Falta de capacidade em termos de pessoal adequado para facilitar a implementação dos programas.

Recomendações da Auditoria Interna sobre a Avaliação dos Resultados

33. O Gabinete de Auditoria Interna recomendou o seguinte:

- a) Dado que a taxa de execução global é baixa, ou seja, 38% dos fundos disponíveis, todos os departamentos devem intensificar as actividades no segundo semestre do ano, a fim de alcançar uma taxa de execução satisfatória no final do ano.
- b) Os departamentos devem ter planos de implementação de projectos realistas, tendo em conta os recursos disponíveis e capacidade humana.
- c) O sistema AMERT deve ser melhorado para evitar que relatórios incompletos sejam “uploaded”. Isto forçaria os departamentos a fornecer todas as informações necessárias.
- d) O SPPERM deve assegurar a avaliação dos resultados e indicadores quando os departamentos apresentam as suas propostas.
- e) Seria melhor ter um campo adicional para os resultados e realizações, onde os departamentos podem seleccionar, a partir de uma lista, a percentagem de realização para os indicadores e os resultados. Isto tornaria mais fácil a consolidação e avaliação.

b) Deliberações

34. Após a apresentação da análise de desempenho orçamental para o período findo em 30 de Junho de 2015; o Presidente convidou os membros para as deliberações.

35. As deliberações dos membros estão resumidas abaixo:

- i) Os membros do subcomité observaram que os montantes recebidos para o orçamento de programas não foram discriminados, o relatório não mostra a origem dos fundos categorizados pelos parceiros. Os membros indicaram que esta informação seria útil para saber quais os parceiros que estavam a cumprir os seus compromissos.
- ii) Os membros do subcomité indicaram que o relatório não mostra comparações das taxas de execução em relação ao ano anterior, que seriam úteis para analisar as informações, e não mostram também o orçamento geral da UA aprovado como nos relatórios anteriores.
- iii) Os membros do subcomité procuraram também saber se a análise do desempenho orçamental inclui também a administração geral do orçamento, e por que motivo o relatório não mostra as responsabilidades dos departamentos em relação ao desempenho orçamental.

- iv) Os membros do subcomité expressaram ainda preocupação face às duas rubricas orçamentais, sob a Direcção de Comunicação e sob o Gabinete da Presidente, que registaram despesas em excesso.
- v) Foi levantada uma preocupação de que o relatório de auditoria ilustra apenas aspectos financeiros das operações, porém não menciona questões como o desempenho e a avaliação do pessoal.
- vi) Os membros do subcomité procuraram saber se uma auditoria do Fundo de Reserva da União Africana tinha sido levada a cabo.
- vii) Os membros queriam, além disso, obter mais informações sobre o que é constituída sob o repasse fundos, fundos de assistência técnica, bem como Projectos Especiais Fundos.
- viii) Os membros explicaram que o relatório não deve apenas mostrar números mas também confirmar que as execuções foram realizadas em conformidade com as regras e os regulamentos da UA.

c) RESPOSTA DA COMISSÃO

Gabinete de Auditoria Interna

36. A Diretora de Auditoria Interna respondeu que a discriminação dos fundos recebidos para o orçamento de programas seria categorizada pelos parceiros no relatório final do ano. Além disso, a comparação das taxas de execução para o ano anterior também seria incluída no relatório final.

37. A Directora de Auditoria Interna informou que estava em curso um plano para realizar a auditoria do Fundo de Reserva da União. Indicou ainda que uma auditoria dos recursos humanos seria considerada. No entanto, indicou também que um exercício semelhante sobre os Recursos Humanos estava actualmente a ser levado a cabo por um consultor externo (*Bain and Company*) contratado para este fim.

38. Explicou também que a auditoria inclui a avaliação da administração do orçamento, e os detalhes sobre responsabilidades dos departamentos seriam incluídas na auditoria geral de desempenho orçamental de 2015.

Planificação Estratégica, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM)

39. O representante da SPPMERM explicou que os fundos intermediários eram fundos de assistência ao desenvolvimento recebidos de parceiros que foram canalizados através da União Africana, mas que eram para uso por parte de outras instituições afins, como Comunidades Económicas Regionais (CER) e outros beneficiários. Explicou também que os fundos de assistência técnica foram atribuídos

pelos parceiros não sob a forma de dinheiro, mas em espécie, por exemplo, o fornecimento de Peritos e Consultores que são pagos directamente pelo parceiro.

d) CONCLUSÃO DO SUBCOMITÉ

40. Os membros do subcomité concluíram as deliberações e recomendaram o seguinte:

- i) Os Relatórios de Desempenho Orçamental devem incluir informação e discriminação adicional que explica a composição dos Fundos Técnicos, Fundos Intermediários e Fundos Especiais para Projectos.
- ii) Os Relatórios de Desempenho Orçamental devem incluir informações detalhadas sobre os fundos recebidos mostrando a discriminação do dinheiro recebido categorizado pelo Parceiro.
- iii) Os Relatórios de Desempenho Orçamental Anuais devem também mostrar comparações sobre a execução orçamental entre o ano actual e anterior.
- iv) Os Relatórios de Desempenho Orçamental Anuais devem também conter um resumo do desempenho dos departamentos durante o ano. Isto ajudará a conhecer os departamentos que não têm um bom desempenho.
- v) A Comissão deve proceder a uma auditoria dos Recursos Humanos e do desempenho do Pessoal.
- vi) O Gabinete de Auditoria Interna deve proceder a uma auditoria do Fundo de Reserva da União e apresentar o relatório durante o primeiro trimestre de 2016.

VII. ANÁLISE DOS DESTAQUES DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

a) APRESENTAÇÃO

41. O Director explicou que a taxa geral de execução orçamental da CUA com base no orçamento aprovado, até 30 de Setembro de 2015, foi de 40%; a execução com base nos fundos disponíveis foi de 56% (vide tabela abaixo)

Execução Orçamental da CUA para o período até 30 de Setembro de 2015

Detalhes	Orçamento Anual (\$EU)	Despesas durante nove meses (\$EU)	Execução em relação ao Orçamento	Recursos disponíveis (\$EU)	Execução em relação aos Fundos Disponíveis
Programas	203.317.104,17	63.702.482,44	31	115.123.026,16	55%
Operacional	102.962.500,00	58.834.836,84	57%	102.962.500,00	57%
Total	306.279.604,17	122.537.319,28	40%	218.085.526,16	56%

42. O orçamento operacional foi de 102.962.500,00 \$EU. As despesas totais até 30 de Setembro de 2015 totalizaram 58.834.836,84 \$EU, representando uma taxa de execução de **57%**.

43. A taxa de execução do Orçamento de Programas (incluindo projectos especiais, fundos intermediários e assistência técnica) durante o período em análise foi de **31%**, correspondente a 63.702.482,44 \$EU, em relação ao orçamento total aprovado. Por outro lado, a taxa de execução foi **55%** em relação aos fundos disponíveis, num montante de 115.123.026,16 \$EU.

Avaliação Geral e Conclusão da Auditoria Interna

44. A taxa de execução do orçamento geral para o período até o terceiro trimestre foi baixa. Idealmente, no final do terceiro trimestre, a taxa de execução deve ser de cerca de 75%. Todavia, a taxa real alcançada foi de apenas 56% em relação aos fundos disponíveis e 40% em relação ao orçamento aprovado.

45. De outro modo, visto que vários departamentos entenderam levar a cabo a maioria das suas actividades relativas ao orçamento de programas durante o quarto trimestre, é provável que o desempenho do 4.º trimestre venha aumentar e melhorar substancialmente as taxas de execução. Assim, o Gabinete de Auditoria Interna recomenda aos departamentos/unidades que intensifiquem as actividades no quarto trimestre do ano.

b) Deliberações

46. O Presidente convidou os membros para as deliberações, que são resumidas a seguir:

- i) Os membros do subcomité sugeriram que nos próximos relatórios devam figurar dados de execução apresentados por trimestre, bem como indicadores cumulativos.

- ii) Os membros do subcomité informaram também que havia necessidade de definir responsabilidades em relação ao desempenho, a fim de ajudar os departamentos na tomada de decisões.

c) RESPOSTA DA COMISSÃO

47. A Directora do Gabinete de Auditoria Interna respondeu que os futuros relatórios orçamentais incluiriam uma discriminação para mostrar informações relevantes de cada trimestre. Indicou também que as informações iriam mostrar o desempenho em termos de resultados por departamento.

d) CONCLUSÃO DO SUBCOMITÉ

48. O Subcomité tomou nota do Relatório sobre os Destaques do Desempenho Orçamental da CUA referente ao período findo em 30 de Setembro de 2015, e concordou em adoptar as conclusões e recomendações feitas sobre o Relatório de Desempenho Orçamental da CUA referente ao período findo em 30 de Junho de 2015.

VIII. REVISÃO E ANÁLISE DO ESTADO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AQUISIÇÕES PARA 2015

a) APRESENTAÇÃO

49. O Representante da Unidade de Viagens e Aquisições da CUA apresentou o estado de execução do Plano de Aquisições Anual (PAA) para o ano de 2015. Vide abaixo o resumo da apresentação:

Mandato da Unidade de Viagens e Aquisições

50. O mandato da Unidade de Viagens e Aquisições inclui o seguinte:

- a) Coordenar os aspectos profissionais de aquisição dentro da CUA e actuar como o órgão executivo da Comissão de Concursos da CUA.
- b) Assegurar a melhor relação preço/qualidade para a Comissão, sem deixar de respeitar o estatuto e regulamento da UA, bem como os Acordos com os Parceiros.
- c) Execução do Plano de Aquisições Anual em conjunto com os departamentos com base na confirmação da disponibilidade de fundos. (NB: Algumas actividades não foram executadas devido ao desembolso tardio ou ao não desembolso das dotações orçamentais)

O Contexto das Operações

51. O contexto das operações inclui o seguinte;

- a) Além da aquisição de Bens e Serviços, a Unidade de Aquisições também está envolvida na gestão de Subvenções (Sub-delegação);
- b) O recrutamento e selecção de beneficiários de subvenções que seguem o processo de licitação aberto e aprovações subseqüentes;
- c) Actividades de aquisição para projectos financiados por parceiros que haviam sido adiadas devido ao longo processo de obtenção de não objecção durante as fases cruciais do processo de aquisição;

Execução de algumas actividades apesar de não estarem previstas no plano, mas que foram fundamentais para o funcionamento da Comissão. Isto representou um desafio em termos de pessoal, o que levou ao adiamento de algumas aquisições. Estas actividades incluem respostas a situações de emergência (por exemplo, o Apoio da União Africana ao Surto do Ébola na África Ocidental - ASEOWA) devido ao facto de terem emergido como emergências, e porque no período de preparação do presente relatório, as actividades de aquisição da ASEOWA não tinham sido concluídas, dado que estavam ainda a ser avaliadas nas Seichelles e a auditoria em curso também não tinha sido finalizada.

- d) O transporte de bens pessoais é uma categoria de despesas que não foi incluída no plano, mas sim na categoria de serviços.

Estado de Execução do Plano de Aquisições

52. O Plano de Aquisições anual foi executado com menos de 3 categorias principais (bens, serviços e obras). A situação de execução em Novembro de 2015 pode ser observado na tabela seguinte:

Situação de execução em Novembro de 2015

Categoria	Valor do Orçamento (\$EU)	Valor Real, Novembro 2015 (\$EU)	Saldo (\$EU)	Execução
Bens	12.137.065,27	4.456.003,37	7.681.061,90	37
Serviços	5.377.221,93	3.535.918,44	1.841.303,49	66%
Obras	1.534.969,20	180.109,88	1.354.859,32	12%
Total	19.049.256,40	8.172.01,69	10.877.224,71	43%

53. Além disso, Subvenções e Projectos Especiais, no valor de 34.569.711,60 \$EU, foram geridos e processados através da Unidade de Aquisições. As subvenções não foram incluídas no Plano de Aquisições Anual de 2015, uma vez que são projectos de longo prazo e dos anos anteriores.

e) DELIBERAÇÕES

54. O Presidente agradeceu o apresentador e convidou os membros do subcomité para as deliberações. Os membros do subcomité analisaram, igualmente, a apresentação e solicitaram esclarecimento sobre como os projectos especiais foram atribuídos.

e) RESPOSTA DA COMISSÃO

55. A Comissão explicou que a atribuição começa com a programação onde os projectos são incluídos no orçamento de programas pelos departamentos relevantes. Os projectos são então justificados aos Estados-membros durante as sessões do CRP sobre orçamento. Após a aprovação do Orçamento, os projetos são então incluídos no Plano de Aquisições para execução no devido tempo.

f) CONCLUSÃO DO SUBCOMITÉ

56. O Subcomité tomou nota do Relatório sobre o Estado de Execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) para o ano de 2015. O Subcomité recomendou ainda que as informações adicionais sobre como os projetos especiais são atribuídos fazem parte do Relatório.

IX. DIVERSOS

57. O Presidente solicitou ao Subcomité para indicar a data em que os relatórios do Conselho de Auditores Externos devem ser analisados, na sequência do pedido

do Presidente do Conselho de Auditores da UA (Auditor Geral da África do Sul). Em seguida, foi acordado que os Relatórios do Conselho de Auditores Externos sobre os Órgãos da UA referentes a 2014 serão analisados durante a primeira semana de Março de 2016.

58. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:45 horas e 12:55 horas do dia 04 de Novembro de 2015 e 09 de Dezembro de 2015, respectivamente.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Report of the PRC sub-committee on audit matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4909>

Downloaded from African Union Common Repository